

O mercado acionário e a sucessão

1984

O mercado acionário tem passado, no Brasil, por fases bastante favoráveis nos últimos anos, em especial em 1983, e mesmo que os resultados de 1984 nem de longe se aproximem dos do ano passado, sabe-se que há uma facilidade muito maior para a busca de recursos pelas empresas, acolhendo-se razoavelmente grandes emissões, infelizmente não voltadas somente para a empresa privada nacional.

A força que se percebe nesse mercado, e que não decorre tão-somente de ondas especulativas, como se verificou em passado não tão remoto, tem uma razão básica de ser: A existência de expectativas favoráveis. Naturalmente, tais expectativas são sustentadas por disponibilidades para aplicação em Bolsa, mas está claro que as primeiras manifestações dos candidatos à sucessão de Figueiredo são de molde a tranquilizar os aplicadores em papéis de risco. É preciso entender bem esse raciocínio, fundamental para o a operação bursátil.

Tanto Tancredo Neves, o bem colocado colocado das oposições, quanto Paulo Maluf, têm dado ênfase à visão privatista, pelo menos no tocante ao principal, isto é, à consciência de que o Estado cresceu demais e que o setor privado deve recuperar posição relativa. Um empresário no comando econômico, hipótese atribuída ao presidenciável Tancredo Neves, ou um economista reputado e capacitado, nome possível para a eventualidade do acesso do deputado paulista ao Planalto, não são de molde a causar maior apreensão mas ao contrário tendem a atrair mais simpatia para o mercado acionário. Falta, porém, algo mais.

Os responsáveis por esse mercado têm hoje o dever de buscar comprometer os dois candidatos à Presidência com manifestações inequívocas acerca da importância do mercado acionário e da capitalização da empresa.

Essa necessidade nunca foi tão flagrante como hoje. As melhores empresas, que em grande medida já estão em Bolsa, têm evitado socorrer-se ao crédito, cujo custo é efetivamente elevado para uma larga gama de setores industriais, comerciais e de serviços. Muitos preços não conseguem acompanhar a velocidade da inflação média e dessa forma as empresas, se viverem do crédito, estarão condenando seu futuro.

Infelizmente, o número de empresas cujos ativos estão perdendo valor real coincide com o daqueles que vão entrando nas categorias de maior risco para a concessão de empréstimos bancários. Na prática, portanto, a qualidade dos ativos das empresas financiadas começa a levar o segmento de crédito a operar com mais risco, a tal ponto que se essa situação persistir, o privilégio da capitalização irá tornar-se cada vez mais nítido.

O comprometimento dos presidenciáveis com o estímulo à capitalização e ao mercado cresce assim de importância. A identificação com as aspirações privadas simplifica as coisas. Parece evidente, e é também lógico, que ênfase no reforço das empresas privadas não poderá vir do crédito caro, mas do capital do risco.

A tese do professor Octávio Bulhões, maior defensor da capitalização entre nós, segundo a qual os dividendos de ações novas devem ter tratamento fiscal idêntico ao de juros, deve ser promovida com a ênfase possível. Simultaneamente, é preciso engajar os assalariados nas empresas, via participação no capital, estabelecendo os laços de solidariedade vitais para a consecução de objetivos comuns.

Apesar das oscilações normais, os preços e principalmente os volumes de negócios em Bolsa indicam que numa visão de prazo mais longo, cresce o interesse por esse ativos. Os aplicadores, portanto, já perceberam que este é o caminho do futuro, sendo bastante possível que esse futuro esteja mais perto e, em alguns casos, já se converteu em presente. É hora de espalhar esse conceito e de comprometer programas de ínole privatista com a tese básica de que a capitalização é mais conveniente para as empresas, para o emprego e para o País do que o empréstimo.